



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

LICITAÇÃO POR PREGÃO
N.º 29/2021

SEI Nº 0011931-77.2021.6.05.8000

Prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por meio do sistema Comprasnet, pela empresa INTEROP – Informática Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ: 86.703.337/0001-80, estabelecida na Rua General João Mendes, 50 - 5º andar, Bairro Centro, CEP 90.010-030, Porto Alegre – RS, com fulcro na alínea “b” do inciso I, do art. 109 da lei 8.666/93, contra a decisão do Pregoeiro que a inabilitou do certame para o item 1, culminando com o fracasso do processo licitatório - concernente ao Pregão nº 29/2021, deste Tribunal, que trata da Contratação de empresa para Prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, conforme especificado no anexo 1 do edital.

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE.

Inicialmente, cabe salientar que a empresa INTEROP – Informática Ltda, registrou intenção de recorrer de forma imediata e motivada no momento e prazo oportunos através do sistema www.gov.br/compras, conforme documento juntado ao SEI, sendo aceito pelo Pregoeiro por entender que os requisitos de admissibilidade foram devidamente atendidos.

Na defesa de suas razões, a recorrente descreve a ocorrência do fato, em síntese alega o cumprimento das exigências editalícias no que diz respeito à capacidade Técnico-profissional, e nesta toada elenca suas qualificações para cumprimento do objeto:

“11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

Cabe apontar que o profissional Thiago Pacheco da Silva – PMP atendeu o requisito, visto que o contratante não aceitou a comprovação do profissional embasado em vencimento de prazo de prova que a Instituição PMI convencionou, mas em momento alguma tal exigência pra versão ou validade fora apontada e justificada como necessária as qualificadoras pra contratação objeto do



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

Edital PE Nº 29/2021. A título de informação faz-se adequado observar que a Instituição Certificadora PMI também postergou os prazos de novas provas de Certificação para PMP, fundamentado no Caos Universal provocado pela Pandemia de Covid-19.

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.”

Quanto a exigência do item 11.1.7.2 – a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

Trazemos à baila o título do Certificado do Profissional da InterOp – Christian Soares, que consta – CCNP switch ... CISCO, como já apresentado nos autos. O que pensou o Contratante quanto efetuou a leitura de tal documento? Como excluir do certame empresa que trouxe sim a comprovação exigida para a devida habilitação? Que outra tradução vem disposta no Edital e seu TR que seja traduzida de modo diferente do que está no item a.5 (certificação CCNP)? Como pôde o TRE-BA efetuar leitura distinta do Certificado da InterOp que qualifica o técnico em CISCO NETWORKING ACADEMY –CCNP?

Recorrente Interop, após seleção habilitatória, classificada em 1º lugar, com a ME LHOR PROPOSTA proporcionando ao Erário uma economia de aproximadamente 21%, do valor estimado.

Ocorre que a evidência de tal análise inadequada para os itens a.1 e a.5 efetuado pelo TRE-BA, na melhor análise do ocorrido, demonstra um excesso de formalismo, como podemos ter aclarado em julgado aqui apresentado.

(...) considerando as questões que levaram ao fracasso, pode o Pregoeiro avaliar a conveniência e oportunidade quanto a aplicação do §3º do Art.48 da Lei nº 8.666/93, que na interpretação jurisprudencial se dá com a volta a fase (aceitação ou habilitação)...

II – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a recorrida corrobora os procedimentos adotados pelo pregoeiro, confirmando o atendimento as normas do edital. Em suas razões a recorrida expõe sobejamente os motivos que levaram a inabilitação da empresa INTEROP, pontuando dentre outras alegações que a empresa recorrente, ora inabilitada *“não apresenta argumentos concretos que comprovem atendimento aos requisitos de qualificação técnica exigidos no edital, tratando as razões recursais, em verdade de um conjunto de especulações infundadas, sem o condão de provocar a revogação da decisão que a desclassificou”*. Destaca ainda que:

“20. A Recorrente busca validar o certificado PMP do seu funcionário Thiago Pacheco da Silva utilizando vários argumentos, todos eles absurdos, vazios e insustentáveis. Relembrando, a área técnica informa que a certificação apresentada estava INVÁLIDA, pois o prazo de validade do documento havia expirado em 10/12/2019, ANTESMESMO DO ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

21. Como primeira tentativa, a INTEROP apresenta uma publicação do PMI São Paulo informando novas datas de realização de exames. Percebam que não está sendo atribuída uma nova vigência automática para o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva, a informação é apenas acerca da nova data do exame, ressaltando que o mesmo é feito remotamente sem a necessidade de comparecimento presencial.

22. Ora, se o colaborador deixou de renovar seu certificado ainda no ano de 2019, o ônus deve recair exclusivamente no profissional e/ou na INTEROP. Querer associar o vencimento do certificado ao momento de pandemia que o mundo vive é abusar demais da ingenuidade dos demais licitantes.

23. Aduz também a Recorrente que não havia exigência para validade da certificação. Senhores, tal afirmativa é inusitada. Seguindo essa lógica, o TRE-BA deveria classificar a empresa que apresentasse certidão de falência vencida, regularidade fiscal vencida e regularidade trabalhista vencida, pois o edital não exigiu que tais documentos deveriam estar vigentes à época da licitação, nem precisava. Documento não vigente é documento nulo.

24. Não há que se falar em ilegalidade, abusividade ou excesso de formalismo do ato que inabilitou a Recorrente, pois ao apresentar o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva vencido há mais de um ano, assumiu todo o risco de uma possível desclassificação.”

III- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando o recurso apresentado pela empresa licitante, em cotejo com as especificações dispostas no edital, bem como parecer técnico do setor demandante, analisado conjuntamente com os coordenadores da STI e da COSUP (doc 1760971) que após minucioso exame opinou pela inconsistência dos certificados apresentados pelo licitante vencedor.

Pode-se concluir. A recorrente na apresentação do seu recurso não apresentou nenhum fato novo daquilo que fora apresentado nas contrarrazões (doc 1761134 pág 9 a 12). Todos os fatos apresentados foram exaustivamente analisados na manifestação do pregoeiro (doc nº 1761142).

A recorrente insiste na tese da proposta mais vantajosa e do formalismo exacerbado. Nesse tema, a recorrente teve todas as oportunidades previstas no edital para sanear as inconsistências apresentadas na documentação que deu ensejo a sua inabilitação, inclusive, com supedâneo no Acórdão 1211/2021 do Tribunal de Contas da União foi possibilitada a recorrente a juntada de documento ausente, (que por alguma falha, ou equívoco não tenha sido anexado a proposta) quebrando a justificativa de excesso de formalismo. Convenhamos que o preço mais vantajoso não tem o condão de afastar o cumprimento das normas do edital. Ocorre que de fato, a empresa INTEROP – Informática Ltda. não apresentou as certificações apropriadas para suprir as exigências pautadas na condição 11.1.7.2, alíneas “a.1 e a.5” do Instrumento Convocatório. Não obstante, tenha declarado em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital; ainda mais, apresentou declaração que dispõe de pessoal técnico qualificado para prestação do Serviço.

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

Os profissionais indicados pela licitante vencedora, não eram detentores das qualificações exigidas no edital a saber:

Sr. Atauhalpa Pierre Bulling apresentou Curso de capacitação em gerenciamento de projetos e preparação para exame PMP do PMI com duração de 40 horas (doc 1759505, pág 4). Convém Salientar que o profissional demonstrou ter feito curso preparatório para prestação do Exame PMP do PMI, cuja carga horária sequer se aproximou da exigida no edital. Tentando o saneamento da falha, posteriormente apresentou três certificados de MBA, porém nenhum deles na área de Gerência de Projetos.

O segundo profissional indicado, Sr. Evander Steyer apresentou Certificado de conclusão Curso de Gestão de Projetos com carga horária de 80 horas, (doc 1759505, pág 11) não atingindo a quantidade mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, tampouco atendeu a exigência de emissão pelo PMI- (Project Mangment Institute).

Quanto ao terceiro profissional Sr. Thiago Pacheco da Silva apresentou a Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute), porém a mesma estava inválida, pois, o prazo de validade havia expirado em 10 de dezembro de 2019, (doc 1759505, pág 14) por esta razão, também não atendeu ao edital.

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

Quanto à exigência da Certificação contida na alínea “a.5”, que solicitava um profissional com certificação CCNP ou superior, durante a análise dos documentos, a área técnica apurou que o “Cisco Certified Entry Networking Technician (a.5), (doc 1759505, pág 41) também não atendia o disposto na referidas alínea. Neste contexto a empresa foi instada através do chat a se manifestar sobre a documentação apresentada, momento em que pregoeiro concedeu o prazo de duas horas para que a empresa encaminhasse através da opção “enviar anexo” do comprasnet documentos complementares objetivando o saneamento das inconsistências.

Recebida a documentação, em 13/10/2021, a empresa apresentou para alínea “a.5” CCNP SWITCH. Nessa oportunidade, visando à correção da falha apontada na alínea “a.1” apresentou três certificados de MBA, conforme (doc 1760961 pág 1 a 3), submetemos à apreciação da unidade técnica que declinou de confirmar a consistência dos referidos certificados pelas razões já expostas e o “a.5” pelo fato do documento apresentado (doc 1760961 pag. 15) não conter a certificação CCNP.

Na peça recursal, a recorrente traz à baila o art. 48, §3º, da Lei 8.666/93, que discorre sobre a apresentação de nova proposta ou de nova documentação escoimadas as causas referidas



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
COMISSÃO DE PREGÃO

neste artigo. Em alusão ao citado dispositivo convém enfatizar que a apresentação de nova proposta ou documentação, acontece quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas. Diversamente do que ocorreu neste certame, pois duas licitantes foram inabilitadas por não apresentar a documentação apropriada e as demais foram desclassificadas por apresentarem preço excessivo, sobrevivendo o fracasso do item. Desse modo, salvo melhor entendimento, não cabe aplicação do artigo em comento.

IV- DA CONCLUSÃO.

Diante do exposto a cima e lastreado no Parecer Técnico, emitido pelo setor demandante da licitação confirmando que os atestados de capacidade técnica-profissional apresentados pela licitante INTEROP Informática Ltda., não atendem as exigências do edital, no tocante a capacidade técnica-profissional, no que tange, as alíneas “a.1 e a.5” da condição 11.1.7.2.

Isto posto, o Pregoeiro alia-se as ponderações apresentadas pela SOLUTIS – Tecnologia Ltda., e manifesta-se pela **improcedência** do recurso impetrado pela licitante INTEROP – de Informática Ltda.

É a manifestação, que ora submete-se à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 29 de outubro de 2021.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro